

Estudo dos valores modais no discurso jornalístico do início do século XIX¹

NEVES, JANETE DOS
SANTOS BESSA

Doutora em Letras pela PUC-Rio, com Pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa

PALAVRAS-CHAVE:
modalidade;
mediativo;
Gazeta de Lisboa;
Correio Braziliense.

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar o estudo da modalidade linguística e do mediativo nos periódicos *Gazeta de Lisboa* (1808 a 1820) e *Correio Braziliense* (1808 a 1822). Ao estudar as estratégias linguísticas de modalização desse discurso jornalístico, a investigação revelou que as notícias eram construídas por mecanismos linguísticos de inferência e as fontes advinham, principalmente, de outros periódicos europeus, de cartas de relacionamentos pessoais, de boatos, de rumores e de “ouvir dizer”.

KEYWORDS:
modality;
mediative;
Gazeta de Lisboa;
Correio Braziliense.

ABSTRACT: The aim of this paper is to present the study of linguistic modality and the mediative in the periodics *Gazeta de Lisboa* (1808-1820) and *Correio Braziliense* (1808-1822). By studying the linguistic modalization strategies of that journalistic discourse, the investigation revealed that the news were constructed by linguistic inference mechanisms and sources were derived, mainly, from other European journals, letters of personal relationships, gossip, rumors and “hearsay”.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta estudo da construção da modalidade linguística em enunciados² dos periódicos *Gazeta de Lisboa (GL)* e *Correio Braziliense (CB)*³ do início do século XIX. O foco da investigação são os jornais publicados de 1808 a 1822, tempo de duração do *Correio Braziliense* (1808 a 1822) e da transferência da Família Real para o Brasil (1808 a 1820). Período da invasão das tropas de Napoleão a Portugal, esse fato histórico vai propiciar uma efervescência no noticiário, ambiente propício, portanto, às manifestações da opinião por diferentes produtores das notícias da época.

A *Gazeta de Lisboa* possui uma estrutura interna estável. Publicam-se atos oficiais, cartas recebidas, anotações de guerra realizadas por oficiais portugueses, notícias vindas de periódicos estrangeiros, avisos (anúncios particulares do tipo comercial). O *Correio Braziliense*, por sua vez, também possui uma estrutura bem definida. Está organizado em quatro seções principais: 'Política', 'Comércio' e 'Artes, Literatura e Ciências' e 'Miscelânea'. As diferentes seções dos dois jornais constituem o corpus do presente trabalho, à exceção das cartas particulares, das anotações de guerra, dos atos oficiais e dos avisos.

2. ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS

O aporte teórico (Culioli, 1971, 1976 e 1990) para a análise do *corpus* considera modalidade, ou valor modal de um enunciado, o resultado da localização da relação predicativa em relação ao parâmetro S0, sujeito da enunciação, do sistema de referência. Essa operação caracteriza, assim, o ponto de vista do sujeito enunciador sobre aquilo que enuncia, assumindo o conhecimento construído ou se distanciando dele, dependendo do valor modal que lhe vai atribuir (Campos, 1998). Em outras palavras, a modalidade linguística gramaticaliza a localização de um conteúdo proposicional em relação a um enunciador-locutor, que é, assim, um sujeito modal (Campos, 2004).

1. Pesquisa realizada com apoio da CAPES (Bolsa de Pós-doutorado, Proc. BEX 4074/10-6), no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL).

2. Foi conservada a grafia original nos enunciados transcritos para estudo.

3. Os números da *Gazeta de Lisboa* só estão disponíveis em microfilmagem na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa. Já os do *Correio Braziliense* estão disponíveis na Internet (ver em referências bibliográficas) ou em publicação fac-similar da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (Costa, [1808] 2001). São 29 volumes acrescidos de mais dois – um com índices e outro com textos.

Nos periódicos estudados, encontramos diferentes valores modais, marcados linguisticamente sobretudo por ‘parecer’, ‘dever’ e ‘poder’, além da construção de adjetivos e advérbios avaliativos.

Adotaremos, na análise dos enunciados, a tipologia proposta por Campos (2004), em consonância com a linha semântico-enunciativa de Culioli, a saber:

Valor epistêmico: corresponde à constatação de que um determinado estado de coisas É ou NÃO É. Em T, tempo da enunciação, e do juízo modal, o locutor, sujeito modal, constrói linguisticamente uma ocorrência de relação predicativa, assumindo-a, isto é, validando-a em diferentes graus:

i) no plano enunciativo, se o valor modal é de asserção estrita (positiva ou negativa) e se situa no polo positivo da escala de valores assertivos;

ii) no plano aorístico (em ruptura com o plano enunciativo), se o valor modal se situa num dos pontos da escala contínua (diferente do plano enunciativo).

Valor deôntico: corresponde ao desejo de que um determinado estado de coisas SEJA ou NÃO SEJA. Em T, tempo da enunciação, o sujeito modal constrói uma ocorrência da relação predicativa como validável; ou visa à validação (ou não validação) de uma relação predicativa num tempo (do acontecimento linguístico) posterior ao tempo do juízo modal, e no plano aorístico.

Valor apreciativo: corresponde à apreciação sobre um estado de coisas como DESEJÁVEL ou INDESEJÁVEL. Em T, tempo da enunciação, o sujeito modal emite um juízo intelectual ou emotivo, positivo ou negativo, sobre um fato, um estado de coisas que é do conhecimento dos participantes da enunciação. Por outras palavras, sobre uma ocorrência de uma relação predicativa cuja validação ou não validação foi construída numa situação de enunciação distinta daquela em que é construído o valor modal em análise (pré-construída).

Outro aspecto imbricado aos valores modais também investigado, que ocorre com bastante frequência na imprensa contemporânea, é o recurso ao mediativo, do qual o jornalista faz uso para revelar de que forma foi apurada a notícia a ser veiculada, ou seja, se constatada diretamente pelo jornalista ou se conseguida de outra fonte enunciativa (Oliveira & Neves, 2007). Adotado por Zlatka Guentchéva (1994, 1996) e outros, o mediativo é "a categoria gramatical que indica que o enunciador faz referência a situações das quais ele não assume a responsabilidade, por ter tido conhecimento delas por via indireta" (Guentchéva, 1994).

3. ESTUDO DO CORPUS

Ao validar uma relação predicativa, o enunciador assume diferentes valores modais que são assinalados por traços linguísticos designados marcadores. Assim, os *marcadores* são as formas linguísticas observáveis no enunciado. Realizamos uma sistematização dos principais valores construídos nos periódicos estudados, que nos revelam como foi criada a informação (Dendale & Tasmowski, 1994), quer em termos do grau de conhecimento expresso pelo enunciador, quer em termos da fonte de que provém tal conhecimento. Esse escopo se efetivou por via da identificação dos respectivos marcadores linguísticos, de modalidade e de mediativo, categorias que, por conseguinte, convergem para a descrição do processo de criação da informação.

Nossa proposta é apresentar um percurso ilustrativo dos valores de modalidade, por via da identificação de traços linguísticos presentes nos periódicos estudados. Identificamos e analisamos – ora globalmente, ora particularmente – enunciados, extraídos dos dois periódicos, que marcam valores de modalidade epistêmica, incluindo nessa categoria a interrogação retórica. A análise, com a respectiva exemplificação, contempla também valores de modalidade apreciativa, porque é reveladora da avaliação que os enunciadores (jornalistas) construía sobre as notícias que veiculavam, imprimindo, portanto, um caráter subjetivo à atividade jornalística.

Esses traços linguísticos, que correspondem a marcadores, serão postos em destaque no contexto dos enunciados que, sequencialmente, transcrevemos. Para cada caso, procedemos a uma seleção de enunciados, pois, dada a vastidão do *corpus*, foram identificados muitos outros, com formas e construções linguísticas semelhantes.

3.1 MODALIDADE EPISTÊMICA

Na construção da modalidade epistêmica, são considerados os valores de reforço de validação enunciativa, que se destacam nos enunciados estudados.

Além das asserções estritas, com valor *do certo*, que constituem, portanto, a criação das informações veiculadas nos periódicos, constroem-se as expressões de reforço de validação enunciativa. Ou seja, há, além da assunção da validação da relação predicativa, um reforço dessa mesma validação, que pode ser um reforço total, com a construção de expressões como *he verdade, he certo, he sem duvida*; ou pode caracterizar um certo distanciamento, marcado por predicados adjetivais como *he provavel, he possível*. (Neves, 2012, p. 82)

Há, ainda, em cada grupo de expressões, uma gradação com as variações *certo/certissimo, provavel/mui provavel, possível/mui possível*, que intensificam, ou não, o grau de certeza em relação à notícia a ser veiculada.

Na variação em grau das expressões certo/certíssimo, por exemplo, há uma maior garantia de validação, enquanto em provavel/mui provavel, possível/mui possível o mesmo não ocorre: a validação da relação predicativa é parcial, ou seja, num grau que se aproxima do valor *certo*, mas que não lhe corresponde. Isso porque, nestas últimas expressões, há uma escala na garantia da validação (na direção ao *certo*) que vai do menor grau (*ser provavel/ser possível*) ao maior grau (*ser mui provavel/ ser mui possível*). De qualquer forma, em ambas, constrói-se uma asserção fraca. Vejamos alguns exemplos⁴ no *corpus*:

4. Por uma questão de espaço, não foram transcritos exemplos de todos os marcadores elencados.

Expressões de validação total (*he certissimo, he verdade*):

(1) ”(...) **He** porem **certissimo**, por muitos outros symptomag, que aquelle estado toca a meta de sua ruína.” (CB, janeiro, 1809, 77)

(2) “**He verdade** que a devastação ao paiz he huma novissima especie de guerra (...)” (GL, 06/08/1812)

Expressões de validação parcial (*he provavel, he possivel*)

(3) “**He provavel** que se faça hum tratado entre este Paiz [Áustria], e a Russia, segundo o qual se crê que o commercio entre a Dinamarca, a Noruega, e a Russia será permitido pelo Governo Britanico com certas restrições.” (GL, 04/03/1813)

(4) “Parece certo que se vão terminar as grandes questões politicas, e, quanto **he possivel**, á satisfação de todas as partes interessadas. Crê-se também que se vão arranjar os negócios d’Alemanha.” (GL, 10/03/1815)

3.2 MODALIDADE APRECIATIVA

Em função da multiplicidade de formas de diferentes classes gramaticais que exprimem este valor modal, há uma certa dificuldade de caracterização que permita isolar e identificar esta modalidade como objeto de análise. Entretanto, existem marcadores no *corpus* que denotam o carácter avaliativo atribuído ao conteúdo proposicional do enunciado. De modo geral, modalidade apreciativa se refere à atribuição, por parte do enunciador, de um juízo de valor em relação ao estado de coisas expresso pela relação predicativa (Neves, 2012).

Os enunciados com valor modal apreciativo foram construídos no corpus de duas formas: lexicalmente marcados ou em predicado factivo.

Lexicalmente marcado

O valor modal apreciativo está marcado, principalmente, por meio de formas com categorias morfossintáticas de:

→ substantivo:

(5) “Depois que a esta Cidade chegou o Imperador nosso Soberano, tem pegado fogo por duas vezes no Arsenal: não se sabe que parte poderá ter nisso a **malevolência**, mas he certo que por ora não se tem pesquisado.” (GL, 14/12/1815)

(6) “Acaba hum novo e execrando atentado de cobrir de luto a França, de encher de horror a Europa, e de consternar as almas sensiveis; foi assassinado o Duque de Berry por hum malvado no dia 13 de Fevereiro ás onze horas da noite.” (GL, 03/03/1820)⁵

→ adjetivo:

(7) “Ficamos **ansiosos** por que cheguem Gazetas do Rio de Janeiro para melhor satisfazer-mos a publica expectação.” (GL, 05/02/1818)

(8) “Esta **injusta** ingerencia dos Americanos, no commercio da America do Sul, não poder outro effeito senão privallos do lucrativo negocia, que elles poderiam fazer no Brazil, se as cousas tomarem a figura, que a sua violencia prognostica.” (CB, Janeiro 1810, 115)

(9) “(...) as guarniçoens das costas, e interior da França; as tropas necessarias para ter em sugeição a Hollanda, o Tyrol, a Italia, a Dalmacia, chegam a um numero **considerabilissimo**.” (CB, fevereiro, 1813, 206)

5. Nos enunciados transcritos, foram observadas as informações dos textos originais. Assim, os enunciados da *Gazeta de Lisboa* contêm data completa, mas sem número de página, uma vez que as páginas não eram numeradas. Já os enunciados do *Correio Braziliense* aparecem com o mês e o ano, além da respectiva página.

→ **advérbio:**

(10) “As sociedades Maçonicas continuam a ser **severissimamente** proibidas.”
(GL, 07/08/1816)

(11) “Ha aqui prevenção contra os Inglezes, porque os considerão (por ventura muito **injustamente**) como a causa das desgraças dos Christãos em Africa.” (GL, 05/09/1816)

(12) “Está **felizmente** concluído terceiro anno de plena paz na Europa, e essa ultimamente consolidada do mais solene modo pelos Augustos Monarcas no Congresso de Aquisgran.”
(GL, 31/12/1818)

Há, nas construções com o advérbio, uma diferença na atribuição do valor modal apreciativo. Com o advérbio *felizmente e injustamente*, o carácter avaliativo incide sobre a globalidade do enunciado, enquanto com *severissimamente e amigavelmente* sobre os adjetivos correspondentes.

Construção de complementação com predicado factivo

Neste tipo de construção, há um juízo apreciativo sobre um pré-construído. “O juízo apreciativo tem escopo sobre uma completiva, que é construído numa enunciação distinta da enunciação em curso” (Campos, 2004, 272). Os marcadores desse valor modal no *corpus* são representados, principalmente, *por he justo, he incrível, he natural*, conforme vemos nos exemplos:

(13) “Esta pois he a diferença entre o cidadão livre, e o escravo objecto: obedece-se ao Governo; porque sem essa obediencia não pode existir a sociedade civil, mas não se louvam senão as medidas publicas dignas de louvor; e quando os homens mudam o seu systema, adoptando melhores maximas **he justo** reconhecer o merecimento da mudança.” (CB, julho, 1810, 69)

(14) “**He incrível** o numero de tropas Francezas, que a todas as horas chegaõ a esta cidade; cada habitante he obrigado a dar hum, dois, três alojamentos ao mesmo tempo!!!” (GL, 06/08/1813)

(15) “A 30 do mez passado se fez a terceira conferencia dos Plenipotenciarios reunidos nesta Capital, e hontem se celebrou a quarta. _ **He natural** que nada se saiba com certeza sobre os assumptos das conferencias; mas affirma-se que não se tocará em couza relativa ás constituições hoje existentes na Alemanha meridional.” (GL, 13/01/1820)

Nos exemplos, constrói-se um pré-construído, considerando que a “factividade pode ser descrita em termos de pré-construído, isto é, pela construção de valores referenciais numa situação de enunciação distinta da situação de enunciação origem” (Valentim, 2005, 100).

3.3 CONSTRUÇÃO DO MEDIATIVO

Num enunciado com o mediativo, há construção da validação de uma relação predicativa, ou seja, de uma asserção, o que se reflete no grau de conhecimento que o enunciador revela ter do conteúdo proposicional. Mas a fonte enunciativa não é o sujeito enunciador e sim o sujeito mediatizado (SM), alguém a quem ele recorre, para se distanciar totalmente do conhecimento a ser veiculado. No *corpus*, os valores de mediativo foram, basicamente, construídos a partir de três processos: inferência, heterogeneidade enunciativa e informação compartilhada. Vejamos isso em exemplos.

Inferência

Inferir é reconstruir um fato a partir de traços ou indícios observáveis. A inferência, em nosso *corpus*, é construída, principalmente, pelos verbos *parecer*, *dever*, *poder* e por construções linguísticas que indicam explicitamente que o enunciador está veiculando uma informação que é o resultado de conclusão a que ele próprio chegou, por meio de um processo inferencial.

A seguir, explicitamos um estudo de cada marcador de inferência no *corpus*.

Verbo parecer

Existem, basicamente, dois valores epistêmicos inferenciais para este verbo, no *corpus*, marcados por diferentes construções, a saber:

A. *parece-me que / parece-nos que*

B. *parece que / parece certo que / segundo parece / ao que parece / pelo que parece*

A. *parece-me que / parece-nos que*

Neste valor, o verbo parecer constrói um “valor mediativo de acesso ao saber por inferência, corresponde a um valor epistêmico de asserção fraca assumido pelo enunciador” (Campos, 2001, 337). O próprio enunciador apresenta-se como garantia da validação. Isso pode ser constatado nos enunciados seguintes:

(16) “**Parece-nos** bastante interessante publicar esta nota do Ministro Champagny, para que os nossos Leitores vejaõ como os Francezes se servem da fraqueza e pequenas paixões dos Gabinetes para lançarem a discordia no Mundo, e aproveitam eles o fructo destas intrigas (...)” (GL, 05/04/1810)

(17) “Ainda que esta regra seja susceptível de um milhar de modificacoens, **parece-me** que ella servirá a fazer comprehender, por exemplo, como uma nação, que não tivesse augmentado, nem as suas riquezas, nem a sua população, se acharia enfraquecida, se se transportasse a um paiz o duplo mais extenso, que aquelle que ella actualmente occupa.” (CB, junho, 1820, 576)

B. parece que / parece certo que / segundo parece / ao que parece / pelo que parece

Ao construir o verbo *parecer* nestas ocorrências, o “enunciador constrói uma asserção, mas apaga-se enquanto garantia da sua validação; marca um valor mediativo de “ouvir dizer”, um “fato relatado” (Campos, 2001, 336).

Estas construções podem, ainda, ser de duas ordens:

1ª → em termos de grau de validação, diferente nas duas construções seguintes:

parece que: o grau de validação é menos próximo da asserção

parece certo que: o grau de validação é mais próximo da asserção, marcado por certo

Vejamos os exemplos:

(18) “Segundo o tom do Juiz Washington no seu discurso, **parece que** os Estados Unidos estão firmemente resolvidos a conservarem-se neutraes (...).” (GL, 28/01/1818)

(19) “**Parece certo que** Bonaparte tentou passar o Danubio com todo o seu exercito, e falhou completamente, na tentativa.” (CB, julho, 1809, 56)

(20) “**Parece já certo que** a Princeza Amelia, neta do nosso Soberano, casa com hum dos Arquiduques de Austria.” (GL, 20/05/1817)

2ª → com implicitação de uma fonte que é um estado de coisas em si mesmo: há um “apontamento” para o que está suportando o grau de validação da fonte, estando o enunciador, conseqüentemente, mais distante ainda como garantia da validação em construções como: *segundo parece, ao que parece, pelo que parece/pelo que pareceu*

Os enunciados abaixo ilustram este tipo de inferência:

(21) “Ainda que nos faltaõ noticias officiaes, sabemos que os fogos da Praça fazem hum efeito consideravel contra os inimigos, aos quaes até o dia 29 tinhaõ voado tres depositos, **pelo que pareceo** grande numero deles.” (GL, 10/07/1810)

(22) “Buonaparte pouco satisfeito, **segundo parece**, de suas operações, que realmente não tem sido mais felizes que as de seu antecessor, Augereau, deo o commnado da Catalunha a seu cunhado o Principe Borghese.” (GL, 19/01/1811)

(23) “**Ao que parece**, está-se no Congresso fazendo a guerra ao Gabinete de Inglaterra, como a Inglaterra a fez a Bonaparte.” (GL, 22/11/1814)

Verbos dever e poder

A operação subjacente à construção desses verbos, com valor epistêmico (assim representados: *deverE e poderE*), pode ser assim descrita: “Os enunciados que compreendem *deverE e poderE* são índices de um processo mental que consiste em criar premissas, inferir conclusões e avaliar estas conclusões para não se deter em uma única parte” (Dendale & Tasmowski, 1994b).

Verbo dever

Como vimos, o valor epistêmico de um enunciado se refere ao grau de conhecimento que o enunciador tem em relação ao acontecimento construído. Existem dois valores epistêmicos para *dever*: valor de *suputação* (o equivalente a probabilidade para outros autores) e valor de *predição* (dizer antecipadamente, fazer prognóstico). O termo *suputação* foi utilizado por Culioli em vez do termo *probabilidade*, porque este termo implica considerar uma escala de valores assertivos e *suputação* implica um cálculo, uma inferência. Assim, como o valor de *suputação* resulta de uma inferência, o enunciador o realiza tendo em vista um conhecimento indireto que possui. Temos como exemplo:

Inteligente como é, Francisco deve escrever vários livros.

O valor de predição também resulta de uma inferência, mas como o próprio nome indica, o verbo *dever* nesse valor estabelece um prognóstico, uma ação dita antecipadamente e produto de uma inferência.

Campos (1998, 154) assinala uma distinção entre os dois valores, mostrando que isso se revela principalmente em enunciados que se caracterizam pela relação de *causa e efeito*. Na inferência, o valor de suputação incide sobre a causa e o de predição, sobre o efeito. Vejamos isso nos exemplos abaixo:

(a) Paulo escreveu um livro. Deve ter trabalhado muito.

(b) Paulo trabalha muito. Deve escrever um livro.

Em (a), o valor modal de *dever* incide sobre a causa ('ter trabalhado muito' é a causa de 'escreveu um livro'): temos o valor modal epistêmico de *suputação*. Já em (b), como o valor modal de *dever* incidiu sobre o efeito ('escreveu um livro' é a consequência de 'trabalhar muito'), ocorre, nesse caso, o valor de predição.

Verbo poder

Existe, basicamente, um valor modal epistêmico para poder: o de não exclusão. Para esse valor, podemos utilizar, entre outras, as expressões *é possível que* e *não está excluído que*, como verificamos no exemplo:

A esta hora o professor já **pode** estar em casa

em que podemos utilizar a glosa *é possível que a esta hora o professor esteja em casa*, ou seja, em termos metalinguísticos, diremos que o enunciador (S0) revela não ter conhecimento de fatos (indícios) que possam excluir a validação da relação predicativa.

Podemos encontrar, basicamente, as seguintes características de *deverE* e *poderE* que se encontram linguisticamente marcadas no *corpus*:

i. *deverE* geralmente aponta para uma seleção única, enquanto *poderE* apresenta várias eventualidades (Dendale & Tasmowski, 1994b). Vejamos, por exemplo, o enunciado:

(24) “Hum navio Sueco, vindo Gothenburgo com carga de assucar, foi detido por hum dos nossos corsarios, ao tempo que passava defronte de Helsingor, e aqui o conduziraõ para ser visitado. Conforme os papeis que se lhe acháraõ, *podia* encaminhar-se assim para Copenhague, como para Golberg.” (GL, 19/02/1808);

em que a ocorrência de *poder* com esse valor nos leva à interpretação de dupla possibilidade de inferência, ou seja, tanto pode *encaminhar-se para Copenhague como para Golberg*. O mesmo já não ocorre em relação a *dever*, que remete para apenas uma interpretação, construindo um único caminho, nesse caso o deôntico, e a dupla possibilidade provoca inaceitabilidade do enunciado, a saber:

*[...] **devia** encaminhar-se assim para Copenhague, como para Golberg.

ii. a equiponderabilidade (<p> / <não p>) é uma característica de *poderE* (Campos, 1998, 257), como podemos constatar no enunciado a seguir em que tanto a construção marcada por *poder* quanto a marcada por *não poder* valida a relação predicativa:

(25) “Primeiramente os factos que se referem **podem ou não podem** ser verdades: he muito possivel, que, em tempos calamitosos, alguns malvados se aproveitem dos seus empregos, para roubar um carro de pão de munição .” (CB, julho, 1809,107)

iii. há subjacente a *poderE* uma operação de *percurso* (Campos, 1998, 100), ou seja, há um percurso pelos dois valores possíveis <p> / <não p>, sem que nenhum deles seja excluído. Isso está presente no seguinte enunciado:

(26) “.. a utilidade da sociedade [maçônica] ou se **pode** considerar relativamente à nação, ou relativamente aos indivíduos, membros da sociedade...” (CB, 1809, 269).

Em relação a *deverE*, constrói-se uma *operação de mira* (*idem*), que indica um hiato entre Sit0 e Sit2, tempo do acontecimento, como em:

(27) “Parece que **deve** ser de 15000 homens o contingente, que a Barrera **deve** dar aos Allidos.” (GL, 09/11/1813);

iv. tanto *deverE* como *poderE* admitem o futuro do presente ou o futuro do pretérito com valor mediativo. No caso de *deverE*, o valor é de *predição* (o juízo incide sobre o efeito); já o valor de *poderE*, é de enfraquecimento do valor assertivo (Campos, 1998), a saber:

(28) “Agora vejamos quanta gente **deverá** morrer ou ficar em termos de não servir pela parte dos Francezes nesta luta, em que he necessario não só aniquilar Exercitos, mas combater Povos ...” (CB, janeiro, 1809, 79)

(29) “.. não se sabe que parte **poderá** ter nisso a malevolencia, mas he certo que por ora não se tem pesquisado.” (GL, 14/12/1815)

v. não há ambiguidade em relação ao uso do verbo *poder* (epistêmico ou não epistêmico) (Costa, 2009, versão eletrônica): uma análise refinada do contexto linguístico e/ou discursivo permite, geralmente, eliminar o duplo sentido (Campos, 1998):

(30) “Os Allidos não **podem** ter menos de 100 mil homens para lhe oppôr, compreendendo neste numero a parte do Exercito Russo do Conde Wittgenstein e os Corpos Prussianos das margens do Saale.” (GL, 27/05/1813);

vi. abdução é o processo inferencial mais usual na interpretação dos valores mediativos associados a *deverE* e a *poderE*, no *corpus* estudado. Caracteriza-se por poder ser parafraseado por “alguma coisa pode ser”, numa projeção para o futuro. A abdução, ou *modus tolens*, é um caso de inferência: por corresponder a um “raciocínio lógico que se define com base numa relação não necessária entre dois termos – “q” e “p”” (Valentim, 2005, 222), que pode ser “descrita da seguinte maneira: se “p” implica “q” é verdadeiro e se se constata “q”, então “p” é (possivelmente) verdadeiro” (*idem*). Podemos constatar a presença desse processo inferencial nos exemplos a seguir:

(31) “Eu protesto, em geral, porque este tractado he falto da contemplação, que he devida a S. A. R. o Principe Regente, e Governo que o representa; porque **pode** ser injurioso a autoridade do Soberano, e indenpencia deste Governo...” (CB, 1808, 325)

(32) “Esta he a maxima antiga dos Despostas astuciosos, que sempre desejam cobrir as suas medidas de rigor com a sançção de outrem, para se livrar da impopularidade, que de taes medidas lhe **podem** resultar.” (CB, outubro, 1812, 676)

(33) “Espalhou-se estes dias a noticia de que vinha a conducta, e de que já está da parte de cá de Xalapa: duvidamos da verdade, porque são noticias comunicadas pelos rebeldes para esta Praça. Se for certo, e vier toda, **deve** trazer de seis a sete milhões de pezos, os quaes sahirão logo nos navios Asia, e Algeciras.” (GL, 21/01/1813)

O caráter de projeção para o futuro, característica do *modus tolens*, está presente nos três enunciados acima. A criação da informação, nos enunciados, principalmente com o emprego do verbo *dever*, está na base desse raciocínio lógico.

3.4 HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA

Nesta forma de construção do mediativo, o enunciador recorre a um SM para validar a relação predicativa. A heterogeneidade se manifesta a partir de uma disjunção enunciativa entre

locutor e enunciador (S1 e S0) e o SM construído pode ser especificado ou não especificado. Com SM especificado, temos fontes explicitamente nomeadas; com SM não especificado, constroem o boato e a impessoalização.

SM especificado (fonte explicitamente nomeada)

Neste recurso do mediativo, está em causa a referência linguística a fontes enunciativas de várias ordens. A fonte pode ter origem em cartas particulares, manuscritos, periódicos estrangeiros, relações de amizade, correspondentes informais, entre outros, como foi construído nos seguintes enunciados:

(34) “**Em huma carta escrita desta Cidade por hum sujeito digno de todo o credito**, que acabava de chegar de Barcelona (...)” (GL, 08/10/1808)

(35) “**Pessoa de character** nos acaba de informar que vira huma Carta de Gerona de sujeito fidedigno, afirmando que no assalto, que deraõ os Francezes a Monjuich, e outros pontos da Praça na noite de 20 para 21, se calcula terem perdido de 1 mil a 1500 homens.” (GL, 24/08/1809)

(36) “**Lemos na Gazeta de Zurich** que os habitantes de Nergwolk, no Tyrol, se levantáraõ em massa, e fechaõ a entrada do seu valle com enormes massas de rochedos.” (GL, 14/11/1809)

(37) “**Segundo hum manuscrito inedito de Mr. Holk, Consul de Dinamarca em Túnez**, a povoação de todo aquelle Estado Berberesco era em 1807 de tres milhões de habitantes, e a da Capital era de 130 mil almas: este calculo he posterior á peste que levou á sepultura 780 mil pessoas.” (GL, 16/01/1816)

SM não especificado (boato e impessoalização)

>Boato

É a veiculação do conhecimento marcada pela indefinidade (Lucena, 2008). A informação é validada por entidade enunciativa não especificada, como nos exemplos:

(38) “**Corre pelo Continente hum boato** de que o Rei da Prussia abdicará a sua Coroa a favor de Bonaparte; e que este Reino vai sem demora a ser incorporado com a França.” (GL, 26/11/1812)

(39) “**Cada vento, que sopra do Norte**, nos traz a noticia de hum triunfo.” (GL, 23/01/1813)

(40) “**Espalhou-se hum rumor** em Hollanda de se terem assignado os preliminares de hum tratado de paz entre a Dinamarca, a Russia, a Suecia, e a Grã-Bretanha.” (GL, 27/01/1813)

(41) “**Ouvimos dizer** que a substancia da nova aliança defensiva, em que entrárão os estados Menores da Almanha, he a seguinte: - Devem de ter em pé de guerra, em quanto esta durar, dobrado número das tropas que formavão o contingente de cada hum deles (...).” (GL, 19/02/1814)

(42) “**Entre outros rumores corre mui de plano**, que o Senado de Carthagená mandou oferecer ao Governo Inglez, de se submeter a «ser colônia Ingleza; e que, se esta offerta não fosse aceita, recorreriam aos Estados Unidos.” (CB, janeiro, 1816, 95)

São marcadores linguísticos deste processo expressões que, semanticamente, refletem o carácter vago do modo como se propaga e difunde o conhecimento de dado fato: *corre, vento que sopra, se espalhou, ouvimos dizer*. Quanto ao conteúdo da informação, ele é lexicalizado como *rumor, boato*.

>Impessoalização

A impessoalização se verbaliza com a construção gramatical verbal na 3ª pessoa do plural ou na 3ª pessoa do singular, com o pronome *se*, o que indica que o sujeito é indeterminado (Cunha; Cintra, 2007, 142). Enunciativamente, a indeterminação do sujeito vai construir um recurso de distanciamento, já que não há especificação da fonte que valida o conhecimento a ser divulgado. Vejamos exemplos do *corpus*:

→ com verbos na 3ª pessoa do plural (principalmente com os verbos *dizer, falar, julgar*):

(43) “**Dizem**, que o prezo incognito, que ha tempos causou tanto rumor na Austria he o principe Hereditano de Saxonia, que sempre se tem oposto aos designios de Bonaparte, e desaprovado a aliança deste com seu pay.” (CB, março, 1813, 387)

(44) “Os Inglezes tem feito neste porto [Liorne, Itália] grandes abastecimentos de grão, com o destino, **segundo dizem**, para as Ilhas Jonias, onde se juntão novas forças militares.” (GL, 20/02/1817)

Na forma *segundo dizem*, temos uma dupla construção de distanciamento: com *segundo*, que é o recurso mais usual, no jornalismo contemporâneo, na introdução da alteridade enunciativa (*segundo X, segundo Y*); e com a impessoalização do verbo *dizer* na terceira pessoa do plural.

→ com verbos na 3ª pessoa do singular e com o pronome *se* (principalmente com os verbos *falar, julgar, supor, presumir, afirmar, dizer, confirmar, assegurar, constar, calcular, crer*).

(45) “**Falla-se** em huma jornada de S.M.I. á Hungria, com o fim de organizar a insurreição Hungria (ou leva das Milicias)” (GL, 07/04/1809)

(46) “Assim os soccorros que poderiam chegar ao exercito Francez estão como interceptados; pois **se afirma** que os Russianos estão de posse de Smolensko; e Bonaparte ou hade soffrer durante o inverno as privaçoens, que esta especie de bloqueio lhe deve necessariamente

ocasionar; ou ha de destacar de Moscow uma força sufficiente, para combater este exercito Russiano.” (CB, outubro, 1812, 690)

CONCLUSÃO

A investigação realizada revelou que os jornalistas que produziam as notícias nos periódicos *Gazeta de Lisboa* e *Correio Braziliense* do início do século XIX construía marcas de subjetividade em seus enunciados, diferentemente do que ocorre no jornalismo contemporâneo. Como sabemos, existem espaços específicos para a manifestação da opinião nos dias de hoje, como o artigo de opinião, o comentário, o editorial. No entanto, no período do jornalismo que estudamos, a opinião se confundia com a notícia.

As notícias nos dois periódicos, como pudemos comprovar no *corpus* constituído, eram construídas a partir de inferências, marcadas principalmente pelos verbos epistêmicos ‘parecer’, ‘dever’ e ‘poder’ e as diferentes fontes das notícias, na maior parte das vezes, advinham de boatos, rumores, ‘ouvir dizer’, cartas de relacionamento pessoal do produtor da notícia, outros periódicos.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, M. H. C. Dever e Poder. Um subsistema modal do português. Lisboa: FCG/JNICT, 1998.
- _____. Enunciação mediatizada e operações cognitivas. In: SILVA, A.S. (org.). Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva. Braga: APL/UCP, 2001. p. 325-340.
- _____. A modalidade apreciativa: uma questão teórica. In: OLIVEIRA, F. E DUARTE, I. M. (org.). Da Língua e do Discurso. Porto: Campo das Letras, 2004. p. 265-281.
- COSTA, S. Entre o deontico e o epistêmico: o caráter camaleônico do verbo 'poder'. Letra Magna, Ano 05 n.11 - 2º Semestre de 2009- ISSN 1807-5193/2009. Disponível em: <http://www.letramagna.com/deonticoepistemico.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2011.
- CULIOLI, A. Rrubriques de linguistique de l'Encyclopédie Alpha. Paris: Grange-Batelière, 1971.
- _____. Recherche en Linguistique: Théorie des Opérations Énonciatives. Paris: Université Paris 7/DRL, 1976.
- _____. Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations. Tome 1. Paris: Ophrys, 1990.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.
- DENDALE, P. Devoir épistémique, marqueur modal ou évidentiel? Langue Française 102: Les sources du savoir et leurs marques linguistiques. Louvain /Paris: Peeters, 1994a. P. 24-40.
- DENDALE, P.; TASMOWSKY, L.. L'évidentialité où le marqueur des sources du savoir. Langue Française 102: Les sources du savoir et leurs marques linguistiques. Louvain/Paris: Peeters, 1994b. p. 3-7.
- GUENTCHÉVA, Zlatka. Introduction. In: Z. Guentchéva (org.) L'énonciation médiatisée: Louvain-Paris, Éditions Peeters, 1996. P. 11-18.
- GUENTCHÉVA, Zlatka. Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français. Langue Française 102: Les sources du savoir. Louvain /Paris: Peeters, 1994. P. 8-23.
- LUCENA, Izabel Larissa. A expressão da evidencialidade: uma análise do discurso Político. In Estudos linguísticos. São Paulo, 37 (1): 93-102, jan.-abr 2008. Disponível em: http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N1_09.pdf. Acesso em: 25 out. 2011.

NEVES, Janete dos Santos Bessa. *Corre voz no jornalismo do início do século XIX. Estudo semântico-enunciativo do Correio Braziliense e da Gazeta de Lisboa*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

OLIVEIRA, Teresa; NEVES, Janete dos Santos Bessa. Estratégias linguísticas de distanciamento no discurso jornalístico. *Aprender – Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre* 31. Portalegre (Portugal): Escola Superior de Portalegre, 2007, 49-55.

VALENTIM, Helena Topa. *Estudo semântico-enunciativo de predicados subjectivos do português*. Tese de Doutoramento (inérita). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.